

O CAMPO ESPECÍFICO DA EDUCAÇÃO MUSEAL: POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONSTRUÇÃO

Fernanda Castro¹

RESUMO: Apresentaremos um breve histórico da construção de políticas públicas de educação museal no Brasil. Como não existe hoje regulamentação para a profissão do educador museal nem do trabalho educativo em museus, buscamos em leis, planos de área e declarações de movimentos e órgãos internacionais, extrair debates que permeiem as práticas e discussões teóricas do campo. Apresentaremos também algumas discussões em curso no processo de consolidação da Educação Museal como área profissional e como modalidade educacional.

PALAVRAS CHAVES: Cultura – Políticas Públicas – Educação Museal

A primeira ideia de usar o museu como espaço educativo data da Revolução Francesa. Extremamente preocupados com o papel que os monumentos, os museus e a memória cumpriam na estrutura do Antigo Regime, os revolucionários franceses desde o início da nova ordem colocaram em debate políticas públicas que orientassem o seu uso para a construção de uma ideia de nação. Surgia na França revolucionária uma primeira noção institucionalizada de patrimônio e sua função educativa já era apontada desde o início, seja na polêmica sobre a destruição ou preservação das obras de arte e monumentos acumulados pelo Antigo Regime, seja na discussão sobre o acesso a estes objetos (se seria limitado a especialistas e pesquisadores ou ao povo francês em geral).

Do ideário revolucionário de Rabaut Saint-Étienne, constava a máxima de que:

‘A instrução pública exige liceus, colégios, academias, livros, instrumentos, cálculos, métodos; ela está implementada em recintos fechados. Por sua vez, a educação nacional requer circos, ginásios, armas, jogos públicos, festas nacionais, a cooperação fraterna de todas as idades e de ambos os sexos, além do espetáculo imponente e pacífico da sociedade humana reunida’. [RSE] De fato, a cultura material do passado integra ao mesmo tempo um processo de reescrita da história e a reconfiguração das imagens públicas, a elaboração de uma nova memória dos saberes e um discurso sobre a arqueologia e a história, a estética e o político. (POULOT, 2009, pp. 85-86)

¹Educadora do Museu da Chácara do Céu, cursando mestrado no Programa de Pós Graduação em Educação da UFRJ. E-mail: fernanda.castro@museus.gov.br. Este artigo é fruto de pesquisa de minha pesquisa de mestrado.

Neste sentido o papel do museu, que detinha a salvaguarda oficial dos objetos e monumentos recolhidos de toda a França era ao mesmo tempo educativo, construtor e mantenedor da nova ordem.

Dominique Poulot, ao analisar a história do patrimônio no ocidente, aponta como marco inicial de sua constituição enquanto política a Revolução Francesa, pois é justamente na criação de um sentimento e uma ideia de nação que este tem um papel fundamental a cumprir.

Sendo assim,

“o museu era um lugar do qual se exigia a imediata eficácia e a ambição universal. Paradigma da perfeição sensualista absoluta, ele encarnava uma vantagem de ordem pedagógica que permitia conferir uma utilidade de princípio a acervos, sem a qual significação e apropriação permaneceriam problemáticas.” (POULOT, 2009, pp. 105)

O museu teria então a prerrogativa de ressignificar o sentido dos objetos, de dar novos conteúdos revolucionários a manifestações culturais do passado, a remontar a história da nação de acordo com os anseios da burguesia, que sem abrir mão do valor artístico das coleções angariadas por séculos pela monarquia francesa, usava os objetos do passado para estudo, deleite e doutrinação, dando-os novos sentidos históricos.

Mas se os objetos e acervos ganhavam novos significados, o museu, em si, apesar de ter também profundamente alteradas as suas funções, sendo aberto ao público, mantinha um grau de elitismo e propagação da estrutura desigual da sociedade ao servir como espaço de promoção da hegemonia da nova classe dominante e seu papel realmente transformador, que o usaria como espaço de formação humanística, ao invés de doutrinação, que o pensa como espaço democrático e aberto ao povo só iria surgir com a Comuna de Paris e sua proposta de integrar artes, cultura e educação em uma formação integral do homem.

Porém o movimento comunal foi derrotado e o projeto de abrir o museu e todo seu potencial educativo em prol de uma educação omnilateral demoraria ainda quase meio século para ser executado.

Seria na Revolução Russa de 1917 que museus, bibliotecas e demais instituições culturais seriam abertos para a realização de uma verdadeira proposta estruturada politicamente de formação voltada para a especialização no trabalho, o desenvolvimento intelectual e político e o deleite dos indivíduos. Segundo Cecília Toledo:

o governo soviético procurou não descuidar de tudo o que envolvia o terreno da educação e da cultura, não tanto para responder aos seus detratores, mas por uma questão política. Lênin, em particular, demonstrou inúmeras vezes sua obsessão por tornar acessível às amplas massas todo o vasto campo dos conhecimentos humanos, porque via neles um esteio fundamental para a construção do socialismo por meio da formação cultural do proletariado. (TOLEDO, 2007, pp. 106)

A tarefa principal do novo governo soviético no campo da educação era o de erradicar o analfabetismo e para isso foi elaborada uma reforma do ensino que pretendia uma educação para crianças que possibilitasse:

o fomento da criatividade e individualidade da criança, do desenvolvimento de seus instintos sociais, das relações formais entre alunos e professores, dos métodos de ensino ativo, da ampliação do plano de estudo, para que incluísse o estudo do meio ambiente, da educação física e estética e da preparação das habilidades e ofícios manuais. (LUNACHARSKY, 1975)

Lunacharsky, que era Comissário do Povo para Educação, defendia ainda que a educação deveria ser geral e universal, devendo ensinar uma variedade de ofícios manuais sem exigir especialização, sem ter o intuito de preparar o lado profissional ou comercial. Depois de concluída a formação inicial, que abrangeria aspectos do desenvolvimento técnico, científico, artístico e filosófico, as crianças teriam então acesso a níveis mais especializados de educação.

A ideia central da proposta educacional soviética era a de promover uma educação que garantisse o pleno exercício da democracia e, poderíamos dizer, do que Gramsci vai chamar mais tarde de capacidade de autogovernar-se do indivíduo.

MUSEUS E EDUCAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, os museus surgem de forma inexpressiva no período colonial, ampliando seu número no Império, mas tornando-se significativos mesmo apenas no século XX.

Até o primeiro período republicano foram espaços quase exclusivos de uma elite oligárquica e de estudiosos.

Em 1927, ainda antes da chamada Revolução de 1930, é criado o primeiro setor educativo em museus, a Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional. Sua função era atender grupos escolares de diversos níveis, com objetivos de auxiliar no processo do ensino, em um sistema escolar ainda muito restrito.

Estes objetivos já haviam tornado-se claros quando da criação do regimento interno do museu de 1916 como vemos: “O Museu Nacional tem por fim estudar, ensinar e divulgar a História Natural especificamente a do Brasil, cujos produtos deverá coligir, classificando-os cientificamente, conservando-os e expondo-os ao público com as necessárias indicações” (REGULAMENTO,1916, p.3, apud SILVA)

Analisando sua função, percebemos que a SAE não era de fato voltada para a educação popular, universal, porém, a ideia de usar o museu como espaço educativo mostrava-se um avanço pedagógico no início do século XX, onde a educação bancária, transmissiva, dominava a pedagogia da escola no Brasil.

Em 1922 é fundado o Museu Histórico Nacional, o primeiro que vai surgir com uma afinidade ideológica com o modelo revolucionário Francês, ou seja, com intuito de criar, construir e divulgar uma História da Nação.

Apesar de ser um museu voltado para elite desde a sua fundação, seja pelo acervo que reunia para representar uma versão da história nacional, seja pela forma como este era apresentado ao seu ínfimo público, a instituição tinha um papel educativo a cumprir.

Desde sua fundação já existia a proposta de implementação de um curso de conservadores em museus, que só começou a funcionar 10 anos mais tarde, o que não impediu que desde o primeiro momento o museu servisse de espaço de pesquisa e formação profissional que preparou conservadores de museus por décadas em um modelo que representava uma ideia de museu e de educação.

No guia de visitantes do Museu Histórico Nacional, de 1955, podemos identificar que ideia era essa. Sendo dos primeiros do gênero, este folheto apresentava a história de fundação do museu, suas divisões e funções, indicando o trabalho de pesquisa, conservação e formação de conservadores como fundamentais, em seguida apresentando um roteiro de visita, que comentava os espaços expositivos, apresentando fotografias e um breve relato das coleções.

A linguagem do material é claramente voltada para pessoas com um determinado grau de erudição, com conhecimentos prévios sobre a história do Brasil e capazes de reconhecer os objetos apresentados.

As exposições eram consideradas a forma de ação educativa no museu, e retratavam uma história nacional de heróis, nobres, relíquias e grandes fatos. Neste cenário, o papel de especialistas era muito valorizado.

O papel educativo principal do MHN era mesmo o de formar conservadores e museólogos, mas apesar destas experiências iniciais, ainda não havia a discussão de museu como um espaço aberto, educativo, não apenas para especialistas, mas para a população.

Essa instituição era vista ainda como um espaço de transmissão e não de reflexão.

Os primeiros movimentos que vão identificar e reconhecer o museu como um espaço educativo datam da segunda metade do século XX.

Regina Real, museóloga, formada pelo Curso de Museus, membro do International Council of Museums (ICOM, Conselho Internacional de Museus), em 1958, publicou folheto intitulado *O Museu Ideal*, após realizar visitas à museus americanos.

Neste material a autora apresenta o trabalho educativo como um “serviço complementar” dos museus, que deveria ser feito por conservadores ou naturalistas especializados em pedagogia, com o objetivo de: “a) organizar cursos e conferências; b) orientar visitas guiadas; c) dar atenção especial aos escolares; d) preparar gráficos, selecionar material técnico ou reproduções para escolas e instituições congêneres.”

Regina Real conclui que “nada de positivo será obtido enquanto não houver essa estreita colaboração e mútuo entendimento entre museologia e pedagogia” numa defesa apaixonada da educação (educação pelo objeto, ou educação visual) como um dos fins dos museus. (pg. 19-20)

Também de 1958 é a Declaração do Rio de Janeiro, documento produzido pelo Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, que traça as primeiras diretrizes do que levaria ainda algumas décadas para se consolidar como uma proposta educativa para museus no Brasil e na América Latina. Neste documento, a definição de museu já contém a missão de educação como uma das suas funções.

Ele define que o responsável pelo trabalho educativo em museus é o “pedagogo do museu” ou um “serviço pedagógico, cujo chefe é ajudado por pedagogos especializados ou não, nas diversas atividades didáticas: visitas guiadas e outras atividades internas ou externas”².

Apesar do avanço, o trabalho educativo ainda não é apontado como essencial nos museus e o centro do documento é apontar a *Exposição* como forma principal de comunicação educativa a realizar-se no museu. Vemos ainda aí uma forte influência da educação bancária, uma vez que o diálogo e interação entre “guias” ou “especialistas” não é citado como metodologia, além do que outras atividades educativas, para além da visita guiada, não são mencionadas.

2 Declaração do Rio de Janeiro de 1958 In: Legislação de Museus, IBRAM, 2012, pp. 90.

Em 1969, Regina Real publica outro folheto, *Binômio: Museu e Educação*, publicado pelo Ministério da Educação e Cultura, em que cita o I Congresso Nacional de Audiovisual, realizado em 1967 pela Associação Brasileira de Educação, em que a Associação Brasileira de Museologistas foi convidada.

Segundo Real, um grupo de museologistas (a profissão de museólogo só seria criada em 1984, após regulamentação própria) apresentou a tese “Novos rumos para os museus”, sugerindo que o MEC formasse com a ABE e a ABM uma comissão de trabalho para: estudar a criação de serviços educativos para atender os níveis elementar e médio; estudar a utilização dos recursos dos museus em programas escolares, sugerir um programa educativo mínimo para cada tipo de museu; convocar e estimular professores a atuarem em museus; obter dos órgãos de educação a obrigatoriedade de visitação a museus; realizar exposições educativas nos museus; realizar visitas guiadas, palestras, cursos e exibição de filmes; publicizar as ações educativas de museus; observar as motivações curriculares das escolas para museus e promover capacitação de professores com o corpo científico dos museus.

A autora aponta que em seguida o MEC montou uma comissão para fazer levantamento das possibilidades educativas dos museus nacionais, levando em consideração o documento citado. Porém, apesar da formação da comissão, nenhuma política pública com o perfil acima foi implementada durante os anos da ditadura civil-militar (1964-1985).

Poucos anos depois, em 1972, surgiria o Movimento da Nova Museologia, após a realização da Mesa Redonda de Santiago, trazendo novos olhares sobre a função social do museu, inclusive sobre sua missão educativa.

A Declaração de Santiago traz uma nova proposta de museu, com maior participação das comunidades em sua elaboração, definição de acervo, táticas de preservação e trabalho educativo.

Vendo o museu como uma ferramenta social, o MINOM provoca o debate da necessidade de democratizar o museu, inserir em sua constituição e programação a participação ativa da sociedade civil, inculcar nele um papel de agente transformador da sociedade.

Surge a ideia de “Museu Integral”, que deveria incluir além do acervo e prédios, a comunidade, o bairro, seus costumes e tradições. As discussões das funções do museu estão aí permeadas pela ideia de educação permanente, bastante divulgada pela América Latina.

Os profissionais de museus organizados na Mesa Redonda consideraram:

que a tomada de consciência pelos museus, da situação atual, e das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la, é uma condição essencial para sua integração à vida da sociedade. Desta maneira, consideraram que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade. (Declaração de Santiago, 1972 In: Legislação de Museus, IBRAM 2012)

A Declaração de Santiago previa ainda a necessidade de atuação diferenciada no meio rural e no meio urbano, neste especificamente sugerindo a criação de museus de cidade, museus locais e municipais.

Intencionando colocar-se como uma iniciativa diferente dos encontros e seminários organizados pela Unesco, a Declaração ainda aponta as seguintes conclusões sobre o trabalho educativo:

Que o museu, agente incomparável da educação permanente da comunidade, deverá acima de tudo desempenhar o papel que lhe cabe, das seguintes maneiras:

- a) um serviço educativo deverá ser organizado nos museus que ainda não o possuem, a fim de que eles possam cumprir sua função de ensino; cada um desses serviços será dotado de instalações adequadas e de meios que lhe permitam agir dentro e fora do museu;
- b) deverão ser integrados à política nacional de ensino, os serviços que os museus deverão garantir regularmente;**
- c) deverão ser difundidos nas escolas e no meio rural, através dos meios audiovisuais, os conhecimentos mais importantes;
- d) deverá ser utilizado na educação, graças a um sistema de descentralização, o material que o museu possui em muitos exemplares;
- e) as escolas serão incentivadas a formar coleções e a montar exposições com objetos do patrimônio cultural local;
- f) deverão ser estabelecidos programas de formação para professores dos diferentes níveis de ensino (primário, secundário, técnico e universitário). [grifo nosso] (Idem, 2012)

Podemos ver nestas premissas uma ideia de educação e função educativa para o museu que tem afinidades com uma a de uma formação integral, uma vez que se propõe um estrito relacionamento entre museus e escolas e, pela primeira vez, o apontamento da necessidade de existência em todos os museus de setores educativos organizados.

Em 1980, a Fundação Pró-memória lança o Programa Nacional de Museus que terá como um de seus eixos a promoção de ações educativo-culturais em museus, também sob a ideia de uma educação permanente onde o museu é visto como lugar de educação.

Em 1992, mais um debate sobre o papel educativo dos museus é apresentado na Declaração de Caracas, do ICOM, que aponta que “os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interação da comunidade com o processo e com os produtos culturais” (ICOM, 1992).

Porém, apesar dos apontamentos feitos de 1969 a 1992, isto é ainda um desafio para o campo museal no Brasil.

Levaria ainda mais quase três décadas para ser criado aqui um órgão público com a função de atuar na área dos museus e que iniciasse um debate neste sentido.

Em 2003, durante a gestão de Gilberto Gil no MINC, essas questões vão tomando pertinência e é elaborada a Política Nacional de Museus, que entre outras ações de fomento à área, como regulamentações, elaboração de leis, etc. previa o fortalecimento dos museus como espaços educativos, apesar de não haver entre os eixos temáticos com ações apresentadas pelo Plano, um que fosse voltado especificamente para a Educação Museal, que aparece por vezes nas propostas do eixo “Democratização e Acesso” ou nas que constam no eixo “Formação e Capacitação de Recursos Humanos” como as seguintes:

2.4 Criação de programas que visem a uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea, por meio de exposições, concursos, espetáculos, oficinas e outras ações de caráter educativo-culturais.

2.8 Criação de medidas de cooperação técnica e de socialização de experiências:
a) realizadas em programas de comunicação com público gerais e específicos (curadorias participativas, exposições, visitas orientadas, elaboração de materiais didáticos, desenvolvimento de serviços educativos, etc.)

3.2 Inclusão nos currículos escolares de ensino fundamental e médio de conteúdos e disciplinas que tratem do uso dos museus e dos patrimônios culturais.

3.3 Criação de políticas de formação em educação museal e patrimonial, reconhecendo que estas expressões configuram campos de atuação e não metodologias específicas. (MINC, 2003)

Aparece ainda no plano, como um de seus Princípios Orientadores, a seguinte premissa: “3. Desenvolvimento de processos educacionais para o respeito à diversidade cultural do povo brasileiro frente aos procedimentos políticos de homogeneização decorrentes da globalização.”

Podemos perceber que o que envolve a educação museal na Política Nacional de Museus é bastante superficial, no sentido de uma possível regulamentação e da criação de diretrizes

próprias, sendo ela considerada como uma ação de comunicação ou entretenimento, ou, ainda como processos que devem ser implementados pelos museus, mas não tendo sua organização, regulamentação e diretrizes definidas. Mas nem mesmo a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) sanou este problema.

Em janeiro de 2009 é criado o IBRAM que tem apresentadas em sua lei de criação, no artigo terceiro, as seguintes finalidades que destacamos:

I – promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos;

VIII – desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural, relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local, e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro;

IX – garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado.

A mesma lei apresenta ainda em seu artigo quarto as competências do IBRAM, entre as quais destacamos:

IV – promover o fortalecimento das instituições museológicas como espaços de produção e disseminação de conhecimento e de comunicação;

VII – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais das instituições museológicas; (BRASIL, 2009)

Nestes incisos podemos identificar que o papel educativo dos museus, apesar de aparecer timidamente, é fundamental para possibilitar algumas das funções mais importantes destas instituições.

Apesar disso, como veremos a frente, o Estatuto de Museus apresenta obrigações muito tímidas destas instituições no que diz respeito à educação.

Promover a preservação e valorização de acervos, reconhecer diferentes processos identitários, respeitar a diversidade cultural e garantir a participação de comunidades nos processos museológicos sem ter uma prática pedagógica e educativa envolvendo cada uma destas questões é uma tarefa muito difícil, senão impossível de se realizar plenamente e com qualidade.

No mesmo mês da publicação da referida lei, poucos dias antes já havia sido estabelecido o Estatuto de Museus.

Mesmo assim, como sugerimos, o campo educacional ainda não seria contemplado com definições políticas básicas, nem com propostas de estruturação ou diretrizes de funcionamento.

Os únicos artigos do Estatuto de Museus que versam sobre a educação dizem que:

Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.

Art. 30. Os museus deverão disponibilizar oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos de museologia e afins, nos campos disciplinares relacionados às funções museológicas e à sua vocação.

Estes artigos não garantem nem a obrigatoriedade da existência de setores educativos nos museus, com espaço nos organogramas institucionais, na distribuição de verbas, etc., nem a garantia da realização de uma formação específica para os educadores em museus, respaldada no oferecimento de vagas de estágio para formação profissional, uma vez que não se tem a obrigatoriedade da existência de trabalho educativo nos museus.

No ano de 2010 é apresentado o Plano Nacional Setorial de Museus, que contém propostas de políticas a serem implementadas no campo museal durante o decênio 2010-2020 e que apresenta Diretrizes, Estratégias e Ações para a educação museal.

O Plano apresenta orientações por eixo temáticos (Produção simbólica e diversidade cultural, Cultura, cidade e cidadania, Cultura e desenvolvimento sustentável, Cultura e economia criativa, Gestão e institucionalidade da cultura) – chamados eixos estruturantes – e orientações para executar políticas nas diferentes tipologias de museus (Arte, História, Culturas Militares, Ciência e Tecnologia, Etnografia, Arqueologia, Comunitários e Ecomuseus, Imagem e Som, Arquivos e bibliotecas de museus) – chamados eixos setoriais.

A análise do documento evidencia que o que foi produzido para cada área não foi articulado nem com as propostas dos eixos temáticos gerais, nem entre si, pois muitas delas se repetem, indicando inclusive o caráter homogêneo que têm, diante das especificidades e necessidade de cada tipologia de museu.

Podemos citar, por exemplo, a oitava diretriz do eixo “Cultura e desenvolvimento sustentável”: “Fomentar a criação de setores educativos nas instituições museológicas, no âmbito municipal, estadual, distrital e federal, e nos museus privados.” (Pg. 23) e a diretriz do eixo setorial “Museus de História”, tema transversal 4: Educação e Ação Social:

Garantir que cada instituição possua setor educativo, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, que tenha definido um projeto pedagógico que fomente a relação museu-sociedade, assegurando seu status de ferramenta educacional para o desenvolvimento social. (IBRAM, 2010)

O conteúdo da segunda diretriz citada, apesar de mais completo nas definições acerca da função dos setores educativos, versa sobre o mesmo tema da primeira, qual seja a criação destes setores.

Este tipo de falha aparece no Plano Setorial Nacional de Museus ainda outras vezes, porém as apresentamos apenas a título de ilustração, não nos atendo a esmiuçá-las.

Para sanar as lacunas que a legislação e política de museus ainda haviam deixado no campo educacional em museus, foi organizado em 2010 o I Encontro de Educadores em Museus do IBRAM.

Fruto deste encontro surgiu a Carta de Petrópolis que apresenta como seus objetivos:

traçar diretrizes e estratégias para a elaboração de uma Política de Educação para os museus do Ibram, além de promover a integração, o intercâmbio de experiências e a reflexão acerca de temas considerados prioritários. (IBRAM, 2010)

Para cumprir estes objetivos, a carta apresenta propostas relacionadas ao seguintes temas: plano museológico; missão da área educacional dos museus; bases conceituais que orientam os museus; estruturação e implantação de setores/ serviços/ divisões/ núcleos educacionais nos museus; programa de formação, capacitação e qualificação; comunicação, criação e desenvolvimento de redes; Incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de parcerias acadêmicas com foco na educação em museus; Estudos de público e avaliação e Acessibilidade.

Entre as propostas apresentadas pelos participantes do encontro presentes na Carta, destacaremos as seguintes:

- Compreender que a ação educacional é importante para o cumprimento da missão do museu, bem como para o desenvolvimento do processo museológico;
- Explicitar as concepções de Museu, Museologia e Educação adotadas no desenvolvimento das ações educacionais, contextualizando os métodos e

técnicas, levando em consideração as especificidades de cada museu, bem como o perfil e os anseios de seus usuários

- Garantir a presença do setor/área/coordenação/departamento educacional na estrutura organizacional do museu, dotando-o de infra-estrutura necessária para sua implementação e para o desenvolvimento de seus projetos;
- Garantir no orçamento da instituição um percentual necessário à estrutura e ao funcionamento do setor/área/coordenação/departamento;
- Estimular a elaboração do Projeto Político-Pedagógico para orientar o planejamento, a execução e a avaliação das ações educacionais oferecidas pelo museu;
- Inventariar as ações educativas e sistematizar sua documentação e memória (IBRAM, 2010)

As propostas aqui apresentadas demonstram um grande desafio que o campo da educação museal tem ao tentar consolidar-se.

Luta-se pelo reconhecimento profissional, pela estruturação política e financeira do trabalho educativo nas instituições, pela discussão das concepções de educação que envolvem a prática educativa em museus e pela implementação de práticas que formalizem estas concepções, como a criação de Projetos Políticos Pedagógicos.

Enfatizando a questão sobre as concepções de Educação e Museu, vemos que não há uma definição clara a respeito de qual noção de educação deve ser aplicada.

Seguindo a apresentação destas propostas, o documento trata das sugestões que surgiram nos grupos de discussão do evento, onde a questão das especificidades de cada tipologia museal é colocada como justificativa para que cada um opte por uma concepção teórica diferente.

Não defendemos aqui que as instituições não devam escolher os teóricos que melhor se adaptem ao trabalho pedagógico que desenvolvam, mas sim que é necessário que se defina uma diretriz sobre qual é a função primordial dos museus com relação à educação no Brasil.

Apontamos isso, pois acreditamos que o conceito de Formação Integral³, em que a educação é vista como um processo que inclui a formação intelectual, o desenvolvimento físico e social, o desenvolvimento de habilidades manuais e a compreensão de processos artísticos e culturais, deve ser definido como esta diretriz geral, que ao mesmo tempo que institui que o

3 Formação Integral, segundo Frigotto: “o desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção de valores de uso em geral” Sobre o conceito de Formação Integral, ver Gramsci: Cadernos do Cárcere, vol. 2, caderno 12 e Frigotto: Educação e crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.

Museu é um espaço educativo por excelência, dá liberdade para que as instituições atuem de acordo com suas especificidades na definição das bases teóricas de suas práticas educativas.

Além das propostas citadas, vale destacar ainda que outras propostas giraram em torno da necessidade de estabelecer uma prática de formação para os profissionais da área, o incentivo às discussões corporativas específicas destes profissionais e à necessidade de fomentar pesquisas científicas sobre o tema da educação museal.

A Carta de Petrópolis lançou as bases de uma Política Nacional de Educação Museal, mas seu desenrolar direcionou as ações institucionais em outro sentido e foi proposto, então, o Programa Nacional de Educação Museal (PNEM).

Em novembro de 2012, durante o V Fórum Nacional de Museus, foi informado o lançamento que ocorreria dias depois da plataforma virtual do PNEM.

Uma das primeiras polêmicas surgidas no Fórum Virtual foi sobre a motivação do IBRAM em transformar a proposta de uma Política Nacional em um Programa Nacional.

Em 2011, em reunião da Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Rio de Janeiro, a Coordenação de Museologia Social e Educação do IBRAM apresentou como uma das suas ações em andamento o “Lançamento e divulgação da Carta de Petrópolis - Subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal” e a elaboração do PAEM (Programa de Ação Educativa em Museus e Centros Culturais) que deveria apresentar um Projeto de lei que seria aberto à consulta pública.⁴

A ideia naquele momento era a de criar diretrizes que servissem como políticas de Estado e orientassem a consolidação do campo da educação museal nos próximos anos, propondo então a votação de uma lei que discutisse regulamentações e obrigações do Estado e das Instituições Museais e Culturais a respeito de seu trabalho educativo.

Sobre a proposta de um Programa no lugar de uma Política, a moderação do Fórum virtual do PNEM respondeu o seguinte:

O termo Programa foi adotado por uma questão bastante simples, a educação museal já está inserido em uma política cultural para o setor museológico, qual seja a Política Nacional de Museus. A PNM tem em suas bases uma multiplicidade de vozes e foi construída a muitas mãos tendo em vista as grandes

4 O slide da apresentação está disponível em: www.remj.blogspot.com.

questões do campo museal. Amplificando esta e outras experiências de construção participativa, o Ibram propôs a criação do PNEM como um programa institucional que pretende conhecer e incorporar as demandas sociais a fim de planejar ações na busca do fortalecimento do campo educativo museal.⁵ (BLOG do PNEM, 2012)

Analisando a Política Nacional de Museus e o Plano Nacional Setorial de Museus concluímos que esta questão não é tão simples assim.

É certo que a educação museal está presente nestes dois documentos, com mais propostas objetivas no PNSM do que no PNM, mas os apontamentos levantados pela Carta de Petrópolis, reapresentados e ampliadas pelo Fórum Virtual do PNEM apontam para um outro sentido.

O de que estes documentos não são bastantes. De que é necessária a consolidação de diretrizes para o campo museal que passam obrigatoriamente pela votação de uma Política Nacional de Educação Museal e não de um Programa.

Ainda mais que, se pensarmos que uma Política votada por um governo permanece, mesmo que sujeita à alterações, em governos anteriores, estamos assim falando de políticas públicas de Estado, enquanto um Programa, que na verdade é um conjunto de ações a ser implementado em um determinado governo, que pode ser facilmente suspenso por este mesmo governo ou outros, difere bastante das necessidades apresentadas tanto pelo coletivo de educadores reunidos em Petrópolis em 2010, quanto pelos participantes do Fórum Virtual do PNEM em 2012.

Um exemplo disso é o apontamento que os profissionais fazem sobre a necessidade de criação de setores educativos nos museus, o reconhecimento da educação como parte fundamental dos processos museais, tendo inclusive que ser parte integrante dos organogramas institucionais.

Como vimos o PNM não aponta para nada neste sentido e o PNSM apresenta a seguinte formulação:

Diretriz 01: Assegurar fomento para pesquisas que contemplem a produção simbólica, a diversidade cultural no espaço museológico e para o desenvolvimento de ações educativo-culturais e formação na área dos museus.
(...)

⁵ Acesso em 28 de abril de 2013.

Estratégia 02: Implantar política federal, estadual e municipal visando à legitimação do educador no museu.

Ações:

(...) Contratar por meio de concurso público e CLT recursos humanos qualificados para trabalhar na área da educação em museus.

Meta quantitativa: Dispor de ao menos um profissional por museu atuando na área de educação, **sempre que necessário**. [grifo nosso]

Meta temporal: 5 anos (IBRAM, 2010)

Nos deparamos aqui com uma proposta que é uma contradição em si mesma, uma vez que indica a “legitimação” do educador e em seguida estabelece uma meta que permite que ele seja “legitimado” apenas quando “necessário”. Se aparentemente a necessidade de um educador em um museu é subjetiva, em essência o que vemos nesta formulação é uma brecha para que os museus possam existir e encaminhar seus processos sem que a educação seja um de seus princípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a educação museal deve ser um dos pilares que balizam a missão dos museus. Juntamente com a preservação, a pesquisa e a comunicação, a educação é uma função dos museus em nossa sociedade, se os entendermos como espaços educativos, de acordo com as noções contemporâneas de museologia e processos museais.

Esta breve análise da conformação do campo da educação museal como área profissional e espaço necessário para políticas públicas aponta para a necessidade de serem encaminhadas as discussões que, no Brasil, já datam mais de meio século e ainda não conseguiram sair do papel.

Algumas questões são latentes e já foram demasiadamente debatidas para estarem até hoje sem encaminhamento, tais como: a formação do educador em museus, a necessidade de existência de setores educativos nos museus, que desempenhem funções para além da comunicação e entretenimento e atuem em colaboração com outros espaços educativos, a valorização dos profissionais da área, o fomento às suas ações, entre outras.

Recentemente, principalmente na primeira década do século XXI, importantes movimentações têm sido feitas para contemplar estas necessidades.

Esperamos que a educação museal e, em especial, o estudo sobre as políticas públicas deste campo fortaleçam-se como campos de estudo e pesquisa acadêmicos e institucionais, para

que o importante passo de fundar e consolidar estas políticas seja dado ainda em tempo de podermos dizer que numa próxima geração crianças e jovens possam ter os museus como espaços de preservação, comunicação, lazer, estudo e formação humanística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARROSO, Gustavo. Guia do Visitante. Museu Histórico Nacional, 1955.
- Brasil. IBRAM. Blog do Programa Nacional de Educação Museal, 2013. Disponível em pnem.museus.gov.br.
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. RJ: FGV, 2009.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.
- GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Vol.2. RJ: Civilização Brasileira, 2001.
- LISSAGARAY, P. O. História da comuna de 1871. Lisboa: Edições Dinossauro, 1995.
- LOPES, Maria Margaret. A favor da desescolarização dos museus. In: Educação e sociedade. n° 40. dez 1991, p.443-455.
- LUNASCHARSKY, As artes plásticas e a política na URSS. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
- LUQUET. P. (org.) A comuna de Paris. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968, pp. 50-59
- POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente. SP: Estação Liberdade, 2009.
- RANGEL, Márcio. Políticas públicas e museus no Brasil In: GRANATO, LOUREIRO & SANTOS (Orgs.). O Caráter Político dos Museus – MAST Colloquia. Vol.12. Rio de Janeiro : MAST, 2010.
- REAL, Regina. O Museu Ideal. Belo Horizonte: UMG, 1958.
- _____. Binômio: Museu e Educação. Brasil: MEC-MNBA, 1969.
- TOLEDO, Cecília. In: Marxismo Vivo, n° 16, 2007.